

# O exercício da contabilidade numa empresa de energia: o caso da Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda

Relatório de Estágio

Hélder Manuel Vasconcelos Rezendes

Mestrado em

**Ciências Económicas e Empresariais**



# O exercício da contabilidade numa empresa de energia: o caso da Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda

Relatório de Estágio

Hélder Manuel Vasconcelos Rezendes

## Orientador

Prof. Doutor João Carlos Aguiar Teixeira

Relatório de estágio submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



## RESUMO

O presente relatório de estágio foi elaborado no âmbito da área de especialização em Finanças e Contabilidade, do 2.º ano do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade dos Açores. O estágio decorreu no departamento contabilístico da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, tendo início no dia 1 de outubro de 2020.

Ao longo do relatório efetua-se uma caracterização do grupo ANC e da empresa Assuntos e Decisões, seguindo-se o desenvolvimento de um enquadramento teórico sobre a contabilidade, a descrição das atividades desenvolvidas no estágio e, por fim, uma análise crítica ao estágio.

O grupo ANC é constituído por onze empresas, as quais levam a cabo atividades nas áreas de aluguer de viaturas, organização de passeios turísticos e comercialização de motociclos e de combustível. Por sua vez, a empresa Assuntos e Decisões conta com 3 estabelecimentos na comercialização de combustível e no domínio da construção civil. Nesses locais, são, ainda, prestados serviços diferenciados, tais como o *jetwash*. Relativamente à contabilidade do grupo, esta é efetuada no programa *PHC CS Corporate*.

Com o enquadramento teórico, conclui-se que a contabilidade tem por objetivo o estudo e controlo do património de uma entidade. Os seus elementos passam pelo ativo, passivo e capital próprio. Verifica-se que as sociedades que obedecem ao Código das Sociedades Comerciais estão abrangidas pelo Sistema de Normalização Contabilística.

As atividades desenvolvidas no estágio englobam o lançamento de documentos contabilísticos, o lançamento e verificação de caixas, a gestão do *stock*, as reconciliações bancárias e o processo de arquivo.

Da análise crítica, verifica-se que a Assuntos e Decisões se encontra numa situação estável, tendo como pontos fortes a localização dos estabelecimentos e a diversificação de serviços, contrastando com o número reduzido de postos e fraca notoriedade junto do público. Uma das soluções passa por expandir a sua atividade, de modo a fazer face à ameaça de concorrentes e ao surgimento de novas empresas. Para o desenvolvimento das atividades foram necessários vários conhecimentos contabilísticos adquiridos durante a licenciatura e o mestrado.

Palavras-Chave: Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, Contabilidade, Estágio

## ABSTRACT

This internship report was prepared in the scope of the specialization area in Finance and Accounting, from the 2nd year of the Master's in Economics and Business at the University of Azores. The internship took place in the accounting department of the company Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, starting on October 1, 2020.

Throughout the report, a characterization of the ANC group and the company Assuntos e Decisões is made, followed by the development of a theoretical framework on accounting, a description of the activities carried out in the internship and, finally, a critical analysis of the internship.

The ANC group is made up of eleven companies, which carry out activities in the areas of car rental, organization of tourist tours and sale of motorcycles and fuel. In turn, the company Assuntos e Decisões has 3 establishments in the marketing of fuel and in the field of civil construction. In these places, differentiated services are provided, such as jetwash. Regarding the group's accounting, this is carried out in the PHC CS Corporate program.

With the theoretical framework, it is concluded that accounting aims to study and control the assets of an entity. Its elements include assets, liabilities and equity. It appears that companies that comply with the Commercial Companies Code are covered by the Accounting Standardization System.

The activities carried out in the internship include the posting of accounting documents, the posting and checking of boxes, stock management, bank reconciliations and the filing process.

From the critical analysis, it appears that the Assuntos e Decisões is in a stable situation, having as its strengths the location of the establishments and the diversification of services, contrasting with the reduced number of posts and low notoriety among the public. One of the solutions is to expand its activity in order to face the threat of competitors and the emergence of new companies. For the development of the activities, several accounting skills acquired during the undergraduate and master's degrees were necessary.

Keywords: Accounting, Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda , Internship.

## AGRADECIMENTOS

Este relatório marca a concretização de mais uma etapa onde foi importante o apoio e incentivo de várias pessoas ao qual gostava de deixar o meu agradecimento.

Começo por agradecer ao meu orientador Prof. Doutor João Teixeira pela sua disponibilidade na marcação de reuniões e pela orientação e apoio prestado ao longo do decurso do relatório.

Quero deixar um agradecimento aos meus colegas de universidade, com nomeação especial a Henrique Sousa, João Rodrigues e João Ferreira, pelo apoio e incentivo na realização deste relatório e por toda a ajuda fornecida nestes anos universitários. Aos meus amigos de longa data, em especial à Sofia Cabral, Rodrigo Borges, Bruno Fernandes e Hugo Gázio, um grande obrigado pelos momentos passados e pelo vosso apoio constante.

Um agradecimento especial à minha família por toda a ajuda que me deram e pela oportunidade de continuar os estudos de modo a obter um futuro melhor.

Por fim, e, não menos importante, um agradecimento a todos os meus colegas de trabalho que me ajudaram na integração na empresa e na realização das atividades do dia-a-dia.

## ÍNDICE

RESUMO .....	i
ABSTRACT .....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE FIGURAS.....	v
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ANC .....	2
2.1 História do grupo ANC.....	2
2.2 Estrutura organizacional do grupo ANC.....	3
2.3 Caracterização das empresas do grupo ANC .....	5
2.3.1 André Nóbrega Coelho – Moto Rent, Lda e empresas associadas.....	5
2.3.2 Costumes de Verão – Agência de Viagens, Aluguer e Hotelaria, Lda e empresas associadas .....	6
2.3.3 Equiponda – Comércio de equipamentos, Lda .....	6
2.3.4 Anc Motos, Unipessoal, Lda .....	7
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ASSUNTOS E DECISÕES SERVIÇOS E ENERGIAS LDA.....	8
3.1 Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda .....	8
3.2 Contabilidade do Grupo.....	10
3.3 Posicionamento no mercado.....	10
CAPÍTULO IV – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	12
4.1 A contabilidade geral .....	12
4.2 A evolução da contabilidade em Portugal.....	12
4.3 Tipos de contabilidade .....	14
4.4 Principais documentos contabilísticos .....	15
4.5 A contabilidade em Portugal – Elementos fundamentais do SNC .....	17
4.5.1 Estrutura conceptual.....	18
4.5.2 Modelos de demonstrações financeiras .....	18
4.5.3 Código de contas.....	18
4.5.4 Estrutura normativa do SNC.....	21
4.5.5 Normas Interpretativas .....	22
4.6 Entidades abrangidas pelo SNC .....	22
CAPÍTULO V – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO.....	24
5.1 Lançamento de documentos contabilísticos.....	24
5.2 Lançamento e verificação de caixas .....	25
5.3 Gestão do <i>stock</i> .....	27
5.4 Reconciliações bancárias .....	29
5.5 Processo de arquivo .....	30
CAPÍTULO VI – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO.....	33
6.1 Análise crítica à empresa .....	33
6.2 Análise crítica às atividades desenvolvidas .....	36
6.3 Aplicação de conhecimentos adquiridos na universidade .....	37
CAPÍTULO VII – CONCLUSÃO.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma das empresas inerentes ao grupo ANC.....	4
Figura 2. Organograma da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda .	9
Figura 3. Código de Contas .....	19
Figura 4. Análise SWOT .....	34

## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

O relatório de estágio foi elaborado no âmbito do 2.º ano de mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização na área de Finanças e Contabilidade, da Universidade dos Açores. O estágio, com início a 1 de outubro de 2020, decorreu no departamento contabilístico da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda.

O estágio tinha como principais objetivos a integração no mercado de trabalho e o desenvolvimento de competências no âmbito da realização de atividades contabilísticas.

Para além da Introdução, o presente relatório engloba, ainda, seis capítulos. O capítulo II, referente à caracterização do grupo ANC, apresenta a história do grupo e da sua estrutura organizacional. Neste capítulo procede-se, ainda, à caracterização das empresas que constituem o Grupo.

No capítulo III, caracteriza-se, de forma pormenorizada, a empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda. Dele consta, ainda, uma menção ao departamento de contabilidade, onde se centrou a realização do estágio, e ao posicionamento da empresa no mercado, salientando-se os seus principais concorrentes.

No capítulo IV, desenvolve-se um enquadramento teórico sobre os fundamentos da contabilidade geral. Para além disso, apresenta-se uma breve referência à evolução deste ramo de atividade em Portugal. São apresentados os tipos de contabilidade e os principais documentos contabilísticos. Finalmente, são apresentados os elementos fundamentais do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), bem como as entidades por este abrangidas.

No capítulo V, efetua-se a descrição das atividades desenvolvidas ao longo do estágio, com o destaque para o lançamento de documentos contabilísticos, o lançamento e verificação de caixas, assim como para as atividades ligadas à gestão de *stock*, às reconciliações bancárias e ao processo de arquivo.

O capítulo VI contempla uma análise crítica ao estágio, a qual incide sobre as atividades desenvolvidas (ao longo do período de estágio) e sobre o funcionamento da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda. Além disso, é elaborada uma reflexão acerca da aplicação das competências adquiridas na Universidade dos Açores, no decurso da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais.

Por fim, no capítulo VII, apresenta-se a conclusão do relatório.

## CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO ANC

Neste capítulo, apresenta-se, inicialmente, a história do grupo ANC, seguindo-se a estrutura organizacional do grupo. Por fim, caracterizam-se as empresas que compõem o grupo ANC.

### 2.1 História do grupo ANC

A história do grupo ANC tem início com a compra da empresa Equiponda – Comércio de equipamentos Lda por parte do Senhor André Nóbrega Coelho no dia 16 de maio de 2008, ao seu pai, o Senhor Martinho Grilo Coelho, empresa esta que tem como atividade a comercialização de motociclos da marca Honda. Nesse mesmo ano, o Senhor André Coelho constitui a empresa Anc Motos, Unipessoal Lda com o intuito de comercializar motociclos de outras marcas como a Keeway e a Beneli. Ao querer dominar o mercado de aluguer, este toma a iniciativa de constituir, a 22 de dezembro de 2008, a André Nóbrega Coelho - Moto Rent, Lda, sendo esta uma empresa de aluguer de veículos. Opta por ter uma frota de 80 viaturas e construir um quiosque situado na Avenida João Bosco Mota Amaral, direcionado para o atendimento e marcação aos clientes, bem como efetuar as entregas e recolhas dos respetivos veículos.

Ao querer posicionar-se no mercado turístico, constitui, a 27 de janeiro e a 4 de julho de 2014, respetivamente, as empresas Friendly Answer Lda, Sucessos do Atlântico - Aluguer de Autocaravanas e Motociclos Lda, Favorite Factor Lda, Costumes de Verão - Agência de Viagens, Aluguer e Hotelaria Lda, Xtremsummer Animação Turística Lda e Azul Carismático Lda, juntamente com os seus filhos Martinho Ataíde Mota Nóbrega Coelho e Inês Maria Ataíde Mota Nóbrega Coelho. Estas empresas satisfizeram as necessidades existentes no mercado turístico até então, com passeios marítimos no barco *Bugs Bunny*, nome dado pela filha Inês Coelho, pela empresa Azul Carismático, e passeios terrestres com *buggys* e moto-quatro, através da Xtremsummer Animação Turística Lda.

A agência de viagens “Costumes de Verão” é constituída, de modo a fazer *cross-selling*, ou seja, adicionar um produto ou serviço ao consumidor. A frota da ANC Motorent aumenta para cerca de 200 viaturas e dá início ao aluguer de *scooters* e autocaravanas através das empresas Sucessos do Atlântico e da Favorite Factor, respetivamente.

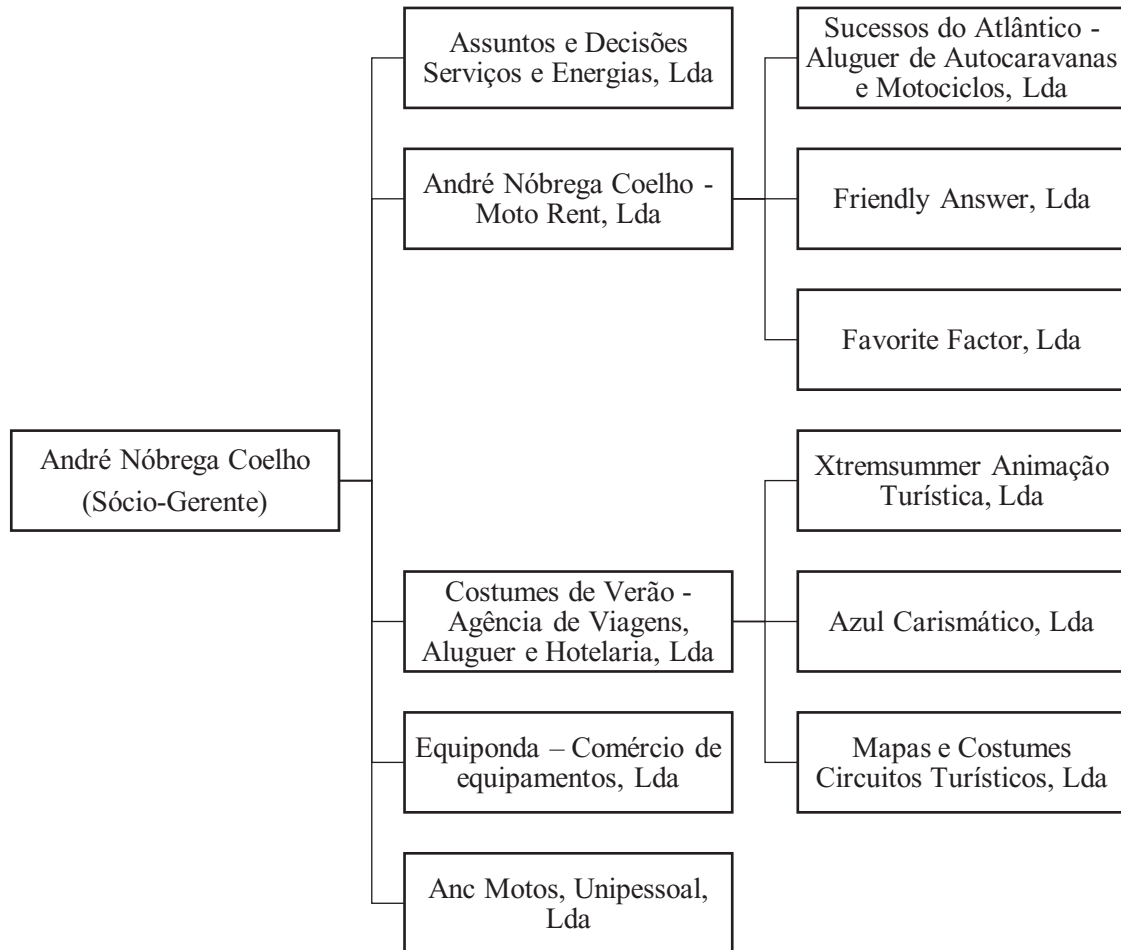
Com a sua presença bem vincada no mercado rent-a-car e no mercado turístico, restalhe virar-se para outra vertente, os combustíveis fósseis. A 5 de julho de 2016 constitui a Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, inaugurando um posto de combustível na freguesia dos Arrifes, no Caminho da Serra Gorda sentido N-S. O Senhor André Nóbrega Coelho passa a ser um importador oficial, ou seja, pode encaminhar o seu próprio combustível em cisternas, em vez de este chegar de barco, bem como comercializar a venda a retalho ou por grosso. Torna-se um conselheiro de segurança, ou seja, pode verificar se o combustível está a ser transportado adequadamente.

Em 2018, o Senhor André Coelho constrói um hotel de três estrelas que irá pertencer à empresa Costumes de Verão, situado na Quinta do Mirante, freguesia de Água de Pau. Este passa a dominar todas as vertentes do turismo com a constituição, a 7 de março de 2018, da empresa Mapas e Costumes Circuitos Turísticos Lda, que fica ligada à ANA - Aeroportos de Portugal S.A, obtendo o aerobus de modo a efetuar as recolhas de clientes. Nesse ano, a empresa Assuntos e Decisões apresenta-se na área da construção civil, sendo responsável pela construção da unidade hoteleira da Costumes de Verão e do novo posto de combustível, sito na freguesia dos Arrifes no Caminho da Serra Gorda sentido S-N. Mais tarde, no ano de 2020, a referida empresa encarrega-se da construção de outro posto de combustível, desta vez, na freguesia de São Roque, na Rua Praia dos Santos n.º 30.

## **2.2 Estrutura organizacional do grupo ANC**

O grupo ANC é constituído, atualmente, por 11 empresas, as quais constam do organograma da Figura 1. De acordo com Diana (2020), o organograma é um gráfico hierárquico que representa uma empresa. O organograma exposto na Figura 1 trata-se de um organograma vertical ou organograma clássico, onde o Senhor André Nóbrega Coelho possui o cargo de maior hierarquia e serve para esquematizar a estrutura de um grupo ou empresa, de modo a obter uma melhor visualização desta.

Figura 1. Organograma das empresas inerentes ao grupo ANC



Fonte: Informação fornecida pela técnica de contabilidade, Dra. Romina Oliveira.

Recentemente, o grupo ANC encontra-se a levar a cabo um processo de fusões entre empresas, onde a Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda e a Anc Motos passam a designar-se, unicamente, Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda. De igual modo, as empresas Motorent, Friendly, Sucessos, Favorite designar-se-ão unicamente como André Nóbrega Coelho - Moto Rent Lda, a qual agregará todas as atividades de aluguer. Por fim, as empresas Costumes, Mapas, Xtrem e a Azul passarão a denominar-se de Costumes de Verão - Agência de Viagens, Aluguer e Hotelaria Lda, que terá a seu cargo o hotel, bem como todos os passeios turísticos. De salientar que a a Equiponda – Comércio de equipamentos Lda permanece sem fusão, por ser um *franchising*.

## **2.3 Caracterização das empresas do grupo ANC**

### **2.3.1 André Nóbrega Coelho – Moto Rent, Lda e empresas associadas**

A André Nóbrega Coelho - Moto Rent Lda, constituída no dia 22 de dezembro de 2008, com o Número de Identificação Fiscal (NIF) 512109036, tem como principal atividade o aluguer de viaturas, contando com uma frota de cerca de 200 viaturas. Tem como outras atividades o comércio de automóveis, autocarros, autocaravanas e máquinas industriais, agrícolas e equipamentos de eficiência energética, tais como painéis solares. Fornece serviços de manutenção e reparação de veículos.

A empresa conta com um serviço de *transfer*, encarregando-se do transporte dos seus clientes desde o aeroporto até ao seu destino. Atualmente, possui dois postos de atendimento, um localizado ao lado da bomba de combustível, na freguesia dos Arrifes, no Caminho da Serra Gorda, sentido S-N (onde se procede à entrega e recolha viaturas para aluguer) e outro no quiosque situado na Avenida João Bosco Mota Amaral. De referir que a empresa trabalha em conjunto com a Friendly Answer Lda, Favorite Factor Lda e Sucessos do Atlântico - Aluguer de Autocaravanas e Motociclos Lda.

A Sucessos do Atlântico - Aluguer de Autocaravanas e Motociclos Lda, sociedade por quotas constituída a 27 de janeiro de 2014, com o Número de Identificação Fiscal 510977596, tem como atividade predominante o aluguer de máquinas, equipamentos industriais e agrícolas, e autocaravanas e bicicletas. A empresa desenvolve a sua atividade com a André Nóbrega Coelho - Moto Rent Lda.

Por sua vez, a Friendly Answer Lda, sociedade por quotas constituída a 4 de julho de 2014, relaciona-se mais diretamente com a André Nóbrega Coelho - Moto Rent Lda, sendo esta mais uma *rent-a-car*.

A Favorite Factor Lda, sociedade por quotas constituída a 4 de julho de 2014, destina-se à venda de autocaravanas. A empresa trabalha em conjunto com a André Nóbrega Coelho - Moto Rent Lda.

### **2.3.2 Costumes de Verão – Agência de Viagens, Aluguer e Hotelaria, Lda e empresas associadas**

A Costumes de Verão - Agência de Viagens, Aluguer e Hotelaria Lda, sociedade por quotas constituída a 4 de julho de 2014, com o Número de Identificação Fiscal 513163425, conta com um hotel de três estrelas, situado na Quinta do Mirante, freguesia de Água de Pau. Esta unidade hoteleira, que conta com um serviço de restaurante, possui como parceiro a Booking - Agência de Viagens e Turismo Lda, plataforma onde se processam 80% das vendas. A empresa funciona como uma agência de viagens onde efetua vendas cruzadas ao incluir atividades de passeios terrestres e marítimos oferecidos pelas outras empresas do grupo.

A Xtremsummer Animação Turística Lda, sociedade por quotas constituída a 27 de janeiro de 2014, tem como atividade a organização de passeios turísticos terrestres, em moto-quatro e, mormente, de *buggy*. De referir que estas atividades são supervisionadas por um colaborador da empresa. Atualmente, a empresa tem obtido pouca receita, devido ao contexto decorrente da pandemia de Covid-19.

A Azul Carismático Lda, sociedade por quotas constituída a 4 de julho de 2014, possui como atividade principal a organização de passeios marítimos no barco *Bugs Bunny*, para o avistamento de baleias e golfinhos. Desde setembro de 2020 que não tem obtido receita, devido à pandemia de covid-19.

A Mapas e Costumes Circuitos Turísticos Lda, sociedade por quotas constituída a 7 de março de 2018, procede à recolha de clientes, no aeroporto, em viaturas aerobus. A empresa está ligada à ANA - Aeroportos de Portugal S.A. Em virtude da pandemia da Covid-19 e das restrições que dela advieram, a empresa acabou por ser afetada, em particular, pela decisão da ANA aeroportos, que ordenou o seu fecho. De resto, esta foi a empresa do grupo que mais perdeu com a pandemia.

### **2.3.3 Equiponda – Comércio de equipamentos, Lda**

A Equiponda – Comércio de equipamentos Lda, constituída a 16 de maio de 2008, com o Número de Identificação Fiscal 512106568, consiste numa sociedade por quotas de um

*franchising* por parte da Honda. A empresa tem como atividades principais a comercialização, por grosso e retalho, de motociclos, ciclomotores, motos-quatro, entre outras, da marca Honda, bem como a venda de peças, acessórios e óleos de lubrificação. Para além disso, presta serviços de assistência, manutenção e reparação na sua oficina ao lado da loja comercial situada em São Gonçalo, Ponta Delgada.

#### **2.3.4 Anc Motos, Unipessoal, Lda**

A Anc Motos, Unipessoal Lda consiste numa sociedade unipessoal, onde assenta a sua atividade na comercialização, por grosso e retalho, de motociclos de outras marcas que não a Honda, tais como a Keeway e a Beneli, bem como de peças e acessórios. Para além disso, presta serviços de manutenção e reparação de motociclos. Em 2019, o sócio-gerente Senhor André Nóbrega Coelho vendeu os direitos de comercialização das marcas Keeway e Beneli.

Em suma, o primeiro passo para a constituição do grupo ANC foi a compra da empresa Equiponda, em 2008, por parte do Senhor André Coelho. Posteriormente, foram constituídas as outras dez empresas que integram o grupo. No que respeita à estrutura organizacional do grupo, de referir que a mesma segue um organograma vertical, no qual o Senhor André Coelho emerge como o elemento que possui o cargo de maior relevo. De referir que o grupo se encontra a levar a cabo um processo de fusões entre empresas. Ademais, verifica-se que as empresas Motorent, Friendly, Sucessos e Favorite têm como atividades o aluguer de viaturas. Já a Costumes, a Xtrem, a Mapas e a Azul têm como âmbito de atuação o setor turístico. Quer a Equiponda, quer a ANC Motos dedicam-se à venda de motos e de outros produtos relacionados, enquanto a Assuntos e Decisões comercializa, principalmente, combustível.

## **CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DA ASSUNTOS E DECISÕES SERVIÇOS E ENERGIAS LDA**

Neste capítulo, apresenta-se, inicialmente, a caracterização da empresa Assuntos e Decisões, seguindo-se uma menção ao modo de atuação do departamento de contabilidade, departamento no qual se enquadra o estágio. Por fim, procede-se à análise dos principais concorrentes e do seu posicionamento no mercado.

### **3.1 Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda**

A Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda, sociedade por quotas, constituída a 5 de julho de 2016, com o Número de Identificação Fiscal 514043300 e sede na Rua Praia dos Santos nº 30 (freguesia de São Roque) tem como principal atividade a comercialização, por grosso e retalho, de combustível. Atualmente, a firma detém três postos de combustível, situados no Caminho da Serra Gorda, Arrifes, e na Rua Praia dos Santos, São Roque. A empresa conta com 17 funcionários e tem como principais fornecedores de combustível, óleos e lubrificantes a Cepsa - Portuguesa Petróleos, S.A e a Mansmiguel - Sociedade Açoreana de Comércio de Veículos Lda. A Assuntos e Decisões possui 12 cisternas quebra-ondas de importação de combustível, com capacidade para carregar 25 mil litros de combustível.

Os estabelecimentos possuem uma zona de cafetaria, pastelaria e hamburgueria onde se comercializam produtos alimentares, bebidas e tabaco, de modo a aumentar as suas vendas. A oferta destes serviços complementares prende-se com o facto de o lucro proveniente da comercialização de combustível ser reduzido, face aos custos de compra e de transporte, e ao pagamento de impostos (sobre veículos e sobre o valor acrescentado). Para além disso, nestes estabelecimentos procede-se ao serviço de refeições empratadas, que podem ser consumidas ao balcão ou no serviço de mesa, e ao comércio de diversos produtos, em sistema de *vending* e em serviços de máquinas automáticas. Os produtos comerciais provêm de vários fornecedores, tais como: a Repdistri - Representações Unipessoal Lda, Joaquim Cardoso - Produtos Alimentares, Unipessoal Lda, Açoreco, Equipamentos e Produtos de Limpeza Lda, Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal Lda, Glacialis, Sociedade Unipessoal Lda e a Sodril - Representações Insulares Lda, entre outros.

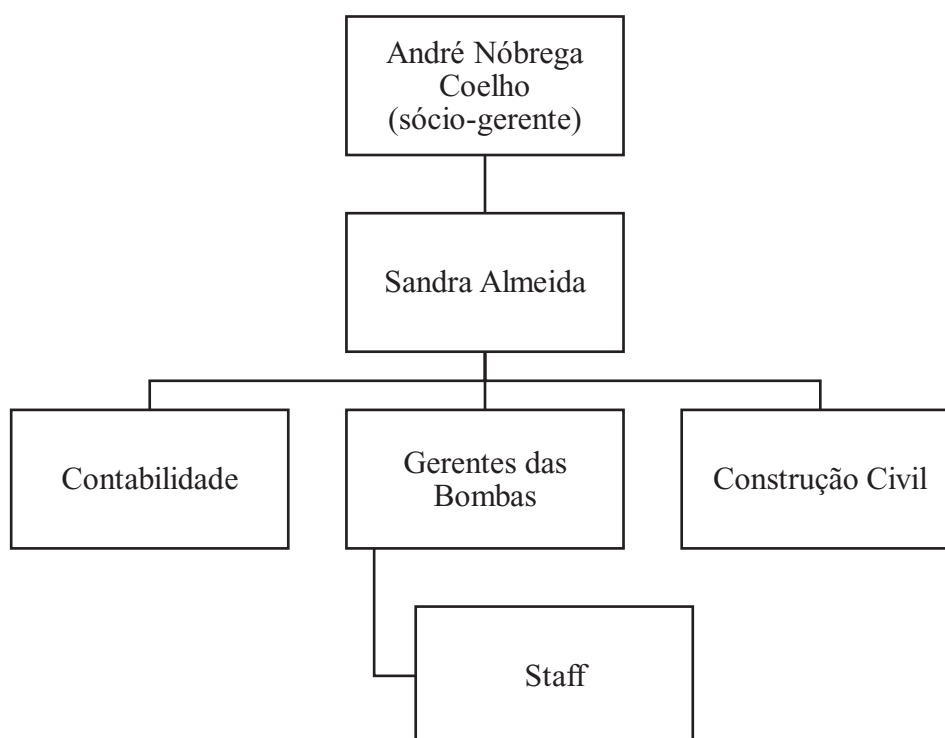
A Assuntos e Decisões possui um serviço de *jet-wash*, em cujas lavagens são operadas pelos seus funcionários, e um serviço diferenciado no que toca ao abastecimento de

viaturas em que a colocação de combustível é, igualmente, feita por um colaborador do posto.

A empresa tem, também, participação no domínio da construção civil, oferecendo serviços de construção de edifícios residenciais e não residenciais.

A estrutura organizacional da Assuntos e Decisões está exposta na Figura 2, através de um organograma funcional, disposto de acordo com as áreas de especialização, onde o Senhor André Nóbrega Coelho se assume como sócio-gerente e a Senhora Sandra Almeida como responsável pelos departamentos da contabilidade e pela coordenação das restantes atividades (a construção civil e bombas).

Figura 2. Organograma da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda



Fonte: Informação fornecida pela técnica de contabilidade Dra Romina Oliveira.

### **3.2 Contabilidade do Grupo**

A contabilidade do grupo ANC, mais concretamente a das empresas Anc Motos, Unipessoal Lda, Equiponda – Comércio de equipamentos Lda, e Mapas e Costumes Circuitos Turísticos Lda era efetuada externamente, até ao final de 2019, pelo Dr. José Fraga, técnico oficial de contas da Numberslink. No que respeita às restantes empresas, a sua contabilidade era assegurada pelo Dr. Sandro Melo Emanuel Figueiredo, técnico oficial de contas da Gerir e Organizar Lda.

A partir de 2020, as contabilidades das 11 empresas passaram a ser realizadas internamente pelo departamento contabilístico, através do programa *PHC CS Corporate*, de modo a obter uma visão diária das partes de venda e custos. Esta atividade é assessorada por uma entidade externa, a empresa Contaçoreana – Contabilidade e Gestão de Empresas Lda, a cargo do Dr. Pedro Reis, visando um maior controlo sobre documentos e operações.

### **3.3 Posicionamento no mercado**

A empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda tem como principais concorrentes as empresas Galp Açores, S.A e a Repsol Portuguesa Lda. A Galp conta com 13 estabelecimentos na ilha de São Miguel, enquanto a Repsol conta com 17 postos de combustível. A Assuntos e Decisões tenta, no seu serviço, diferenciar-se destes concorrentes, ao disponibilizar aos seus clientes a colocação de combustível nas suas viaturas por um funcionário da empresa, de modo a conseguir atrair um maior número de clientes.

Os postos de combustível da Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda estão situados estrategicamente em zonas onde se consegue atrair mais clientes, visto não haver presença dos seus concorrentes, tal como é o caso, por exemplo, dos dois postos sítos na freguesia dos Arrifes. O posto na freguesia de São Roque colmatou uma ausência notada, até então, de um posto de combustível.

Em suma, a empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda tem como atividades a comercialização de combustível, por grosso e retalho, nos seus três estabelecimentos e no domínio da construção civil. Comercializa, também, diversos produtos, fornecidos por empresas como a Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal Lda e a Cepsa - Portuguesa Petróleos S.A, e serviços diferenciados, tais como o *Jetwash*. No que toca ao domínio da construção civil, oferece serviços de construção de

edifícios residenciais e não residenciais. A contabilidade do Grupo ANC é efetuada no programa *PHC CS Corporate*, pelo departamento de contabilidade, com o auxílio do Dr. Pedro Reis, da empresa Contaçoreana – Contabilidade e Gestão de Empresas Lda. A Galp e a Repsol constituem os principais concorrentes da Assuntos e Decisões, no que respeita à comercialização de combustível. Esta adotou como estratégias a localização dos seus postos e a prestação de serviços diferenciados.

## **CAPÍTULO IV – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

Neste capítulo apresenta-se, inicialmente, os fundamentos da contabilidade geral, seguindo-se uma descrição da evolução da contabilidade em Portugal. Nele são, igualmente, descritos os três tipos de contabilidade e os principais documentos contabilísticos. Por fim, são discutidos os elementos fundamentais do SNC e entidades abrangidas.

### **4.1 A contabilidade geral**

Segundo Costa (2020), a contabilidade define-se como “um grande sistema de informações, que cobre os eventos que foram realizados por uma organização em um período”. Por sua vez, Ribeiro (2013) descreve a contabilidade como a “ciência que estuda e pratica as funções de orientação, de controlo e de registo”.

O objetivo da contabilidade centra-se no estudo e controlo do património de uma entidade e no fornecimento de informações, tais como a posição financeira e o desempenho económico e financeiro. Estas informações ajudam nas tomadas de decisões económicas por parte de investidores, financiadores, fornecedores, entre outros. Estas decisões económicas podem ser: decidir quando deter ou vender um investimento financeiro, determinar as políticas de impostos, bem como aferir a capacidade de a empresa proceder à remuneração dos seus trabalhadores, entre outros.

A contabilidade tem com elementos: o ativo, o passivo e o capital próprio. De acordo com Costa (2020), o ativo é um “recurso controlado pela entidade (...) do qual se espera que fluam futuros benefícios económicos”. Estes ativos são conjuntos de bens e direitos de uma entidade. O passivo é definido como “uma obrigação presente da entidade”. Por sua vez, o capital próprio consiste na diferença entre o ativo e o passivo e representa a parte do património pertencente aos detentores de capital. A situação ideal para uma entidade será ter um ativo superior ao passivo. Se o passivo for superior, a empresa encontra-se em falência técnica. Esta relação entre ativo, passivo e capital próprio chama-se balanço, documento que fornece a informação da situação financeira num determinado período.

### **4.2 A evolução da contabilidade em Portugal**

Segundo Batista (2014), entre o século XV e XVII, Portugal tinha importantes comerciantes, contudo, a sua influência económica era inexpressiva, devido à supremacia

de outros países. Nessa época, o número contabilistas nacionais qualificados era bastante reduzido, por comparação ao de estrangeiros, que praticamente dominavam o comércio português, no século XVIII. Esta situação começou a ser revertida por Marquês de Pombal, após constatar que a decadência do comércio se devia à incultura e “deficiente preparação técnico-profissional dos industriais e comerciantes nacionais”. Segundo Rodrigues e Gomes (2002), Marquês de Pombal adotou o Real Decreto de 30 de setembro de 1755, com o objetivo de “organizar e disciplinar a atividade comercial”, ao criar uma junta do comércio com aulas. Ora, através desta medida, foi possível aumentar, de forma gradual, o número de peritos contabilistas portugueses e, por conseguinte, diminuir a necessidade de se recorrer a profissionais estrangeiros. A profissão de contabilista foi, primeiramente, regulamentada através da Carta de Lei de 30 de agosto de 1770. Rodrigues e Gomes (2002) descrevem que se impuseram restrições ao acesso a cargos públicos, obrigando a contratar formandos da aula do comércio. Mais tarde, a aula do comércio foi reformada pelo Decreto de 20 de setembro de 1884.

O processo de normalização contabilística em Portugal tem início no século XX, com a aprovação do Código de Contribuição Industrial (CCI), em 1963. Campos (2012) refere que esta medida trouxe “uma maior credibilidade à contabilidade”, na medida em que os lucros reais da empresa passaram a ser utilizados como referência, para se fazer a sua contabilidade (dantes, a mesma era efetuada com base nos lucros presumidos). Foi criada a profissão de técnico de contas, profissionais da contabilidade, que, de acordo com o artigo 52.º do CCI, assinavam, juntamente com o contribuinte, as declarações fiscais de uma entidade. O Código de Contribuição Industrial teve como principais características, segundo Saraiva *et al.* (2015), “a grande interligação entre contabilidade, normalização e fiscalidade, evidenciando-se a utilidade fiscal da contabilidade”.

No ano de 1977, dá-se a entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade (POC), já depois de publicados o Plano Geral de Contabilidade (PGC) e o Plano de Contabilidade Nacional para a Empresa, por parte do sindicato nacional dos profissionais de escritório do distrito de Lisboa, em 1965 e 1970, respetivamente. O POC veio a ser aplicado, em geral, por todas as entidades (exceto pelas instituições de seguro e de crédito), tendo sofrido algumas alterações, com a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), existências finais dos exercícios, diferenças de câmbio e imputação de custos financeiros e aplicações de tesouraria. Neste plano, foi criada, em 1983, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC), através do aviso n.º 75. A respeito desta Comissão,

Saraiva *et al.* (2015) refere que a mesma se configurava “um órgão independente em termos administrativos e financeiros” e que tinha como objetivo, descrito no artigo 4.º do Decreto-Lei 47/77, “assegurar o funcionamento e aperfeiçoamento da normalização contabilística nacional”. Com a entrada de Portugal na União Europeia, o Decreto-Lei 47/77 foi revogado e deu entrada o Decreto-Lei 410/89, segundo o qual o POC seria aplicado pelas entidades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Em 2009, o POC dá lugar ao Sistema de Normalização Contabilística, na sequência da aprovação do Decreto-Lei 158/2009. Na base desta decisão esteve a constatação de imprecisões no relato financeiro por parte de algumas entidades, bem como a falta de revisões técnicas. Com base no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, as micro entidades ficaram isentas de demonstrar os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio. As entidades do setor não lucrativo, como as federações e as fundações, passaram a ser obrigadas a apresentar um balanço, a demonstração de resultados (por natureza ou por funções), a demonstração dos fluxos de caixa e um anexo. No ano de 2015, com a instauração do Decreto-Lei n.º 98/2015, procedeu-se a algumas retificações nos conceitos de “micro”, “pequenas” e “grandes entidades”, assim como na classificação dos grupos económicos e grupos de grande, média e pequenas dimensões.

### **4.3 Tipos de contabilidade**

A contabilidade pode ser agrupada em três tipos: financeira, analítica e previsional ou orçamental. A contabilidade financeira ou contabilidade externa é um instrumento de interpretação e análise da situação financeira de uma entidade, sendo a sua feitura de carácter obrigatório. De acordo com Favery (2019a), a contabilidade financeira “é o ramo da contabilidade que serve para o registo financeiro (...) e que permite partilhar informação com o exterior”. As informações relatadas sobre a situação patrimonial e financeira das entidades são comunicadas, periodicamente, e são do interesse de investidores, bancos, finanças, entre outros. Estas informações podem dizer respeito ao lucro obtido, ao valor das vendas (num dado período) e ao *stock* existente. As entidades ficam com obrigação legal de relatar os resultados, obedecendo às regras legais definidas no Sistema de Normalização Contabilística. Segundo Costa (2017), a escrituração, as demonstrações financeiras, as auditorias e a análise de balanço integram-se no domínio da contabilidade financeira.

A contabilidade analítica ou contabilidade interna é responsável pelo registo das operações realizadas no seio da empresa. Costa (2017) define-a como “contabilidade de custos”, sendo “fulcral na tomada de decisões na gestão das empresas”. Este tipo de contabilidade visa o apuramento de resultados não globais e dos custos unitários na produção. Ora, é com base neste trabalho que se consegue obter uma visão mais detalhada em relação à produção, política de vendas e análise de resultados. A contabilidade interna demonstra o total de vendas, os custos e o lucro ou prejuízo nos ramos de atividade das empresas. As principais diferenças deste tipo de contabilidade em relação à financeira residem no facto de esta providenciar uma análise pormenorizada das empresas e, ainda, no facto de não se constituir um requisito legal (não é de realização obrigatória). Assim sendo, a contabilidade analítica pretende averiguar se há investimento, quais são as quantidades de produção ideal e qual deve ser o preço a praticar.

A contabilidade previsional ou orçamental representa os resultados das previsões efetuadas e os planos empresariais, como a estrutura e os orçamentos da atividade a desenvolver no futuro imediato. Este tipo de contabilidade tem em conta os recebimentos e pagamentos ocorridos num determinado período, estando mais associada ao controlo de tesouraria. A contabilidade orçamental tem como características o registo de previsões periódicas e a comparação entre valores reais e orçamentados. De entre as suas principais vantagens, conta-se o facto de ser de controlo simples e de contemplar a redefinição de objetivos estratégicos.

#### **4.4 Principais documentos contabilísticos**

Os principais documentos contabilísticos utilizados nas operações das entidades são a fatura, a nota de débito, a nota de crédito, o recibo, o cheque, a letra e a livrança.

Segundo Favery (2019b), a fatura é um documento contabilístico, emitido pelo vendedor, onde se descreve uma compra ou venda de bens ou serviços. As faturas-recibo (junção da fatura e recibo) são emitidas sempre que se processam vendas a dinheiro, ou seja, a pronto pagamento. A fatura simplificada é a mais usual nas operações com consumidores diários. Este documento só pode ser emitido em território nacional e tem como limite máximo de valores de um bem e serviço de, respetivamente, 1000 euros e 100 euros. Numa fatura descreve-se, normalmente, a data de emissão, o número do documento, o Número de Identificação Fiscal da empresa, o NIF do destinatário, a informação do bem ou serviço e os impostos e taxas. Conforme o descrito no artigo 3.º

do Decreto-Lei n.º 28/2019, publicado no Diário da República, as faturas devem ser processadas por programas informáticos de faturação ou por outros meios, tais como: máquinas registadoras ou terminais eletrónicos. A elaboração deste documento pode ser efetuada “pelos adquirentes dos bens ou serviços ou por um terceiro, em nome e por conta do sujeito passivo”, como descreve o artigo 5.º. De acordo com o artigo 19.º n.º 1, as faturas devem ser arquivadas e conservadas por um prazo de 10 anos.

A nota de débito é um documento contabilístico no qual se corrige o valor de uma fatura, acrescentando uma certa cifra à fatura existente. Este documento permite adicionar ou alterar os valores dos artigos mencionados na fatura processada. As notas só corrigem a aplicação do IVA quando este deveria ter sido aplicado com uma taxa inferior na fatura. Tal como as faturas, as notas de débito devem ser arquivadas e conservadas como disposto no artigo 19.º n.º 1. No que se refere à sua emissão, a mesma deve ser efetuada com recurso a programas informáticos de faturação.

A nota de crédito é emitida em situações de devoluções e descontos referentes a uma fatura lançada. Contrariamente à nota de débito, recorre-se à nota de crédito sempre que se pretender diminuir um certo valor à fatura emitida, podendo ser por completo. Segundo Favery (2019b), a nota de crédito “deve ser impressa em duplicado e enviada para o cliente”. Nela devem constar os seguintes elementos: data de emissão, numeração sequencial de acordo com o programa, informações sobre o comprador e vendedor e, ainda, o motivo da emissão. Além de ser emitida em situações de devoluções e trocas, tem, também, a função de corrigir dados, tais como: o nome e o número fiscal da empresa, seguindo-se a emissão de uma nova fatura. Deve ser processada por programas informáticos de faturação e arquivada, de acordo com os artigos 3.º e 19.º.

O recibo, documento fiscalmente relevante de acordo com o Decreto-Lei 28/2019, perfila-se como um comprovativo de um pagamento, constando o valor total do produto ou serviço prestado. Este documento pode ser emitido conjuntamente com uma fatura, sendo que, nesse caso, adquire a designação de fatura-recibo. Num recibo deve incluir-se os seguintes elementos: a data de emissão, os dados do vendedor e comprador (este último facultativo) e a descrição do produto ou serviço faturado. Aquando da prestação de serviço levada a cabo por um trabalhador independente, que recebeu uma quantia, é emitido um recibo verde. Note-se que estes trabalhadores devem estar registados nas finanças, para que se possa emitir estes documentos.

O cheque é um instrumento de pagamento em papel escrito, dado a um banco, para pagar a uma terceira pessoa. O fornecimento de cheques é efetuado pelos bancos, aos seus clientes na base de um contrato. Este documento é, atualmente, pouco utilizado.

A letra é um título de crédito que permite titularizar uma dívida e transferi-la para um terceiro. Serve como um modo de pagamento em que uma pessoa ou entidade, que é credora de outra, dá ordem de pagamento de um certo valor a essa outra entidade. De entre os seus constituintes, devem figurar: a quantia determinada, o nome do sacado, a data do pagamento, o lugar do pagamento, o nome da pessoa ou entidade que deve ser ressarcida, a data e lugar onde a letra é passada e a assinatura do sacador. À emissão de uma letra dá-se o nome de “saque”. O seu pagamento tanto pode ficar a cargo do aceitante (aquando da sua emissão), como do sacado, assim que este a assinar. Na impossibilidade de o sacador assumir o pagamento, o mesmo fica a cargo do avalista.

O sacador pode receber o valor de uma letra antes do seu vencimento, com a intervenção de um banco comercial. O cliente pode pedir a reforma da letra, ou seja, a substituição da letra por outra com o mesmo valor ou com um valor mais baixo, na data de vencimento.

A livrança é um título de crédito no qual se traduz uma promessa de pagamento do devedor ao credor de um determinado valor (valor nominal da livrança). Este documento tem como elementos constitutivos a palavra “livrança”, a promessa de pagamento de um determinado valor, a data e a indicação do lugar do pagamento, bem como o local e data de emissão, o nome do beneficiário e a assinatura do subscritor, aquele que passa a livrança, conforme consta no Código das Sociedades Comerciais, Lei Uniforme Relativa a Letras e Livranças, artigo 75.º. Este título de crédito é ideal para entidades com necessidades financeiras de curto prazo, uma vez que se trata de um processo simples e rápido. De notar que os juros são cobrados na data de vencimento e há a possibilidade de reforma.

#### **4.5 A contabilidade em Portugal – Elementos fundamentais do SNC**

Em Portugal, utiliza-se o Sistema de Normalização Contabilística, após ter sido revogado o POC, em 2009. O SNC tem como elementos fundamentais: a estrutura conceptual, os modelos de demonstrações financeiras, o Código de Contas (CC), a estrutura normativa e as normas interpretativas.

#### **4.5.1 Estrutura conceptual**

De acordo com o Aviso n.º 15652/2009, a estrutura conceptual tem como finalidade o estabelecimento de “conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos”, de modo a ajudar os preparadores das demonstrações financeiras na aplicação das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), bem como a facilitar a interpretação da informação contida na mesmas e, ainda, a formação de opinião da sua adesão.

Segundo o parágrafo quinto, a estrutura conceptual descreve as demonstrações financeiras e as suas características qualitativas. Além disso, contempla a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos que as compõem e, por fim, os conceitos de capital e de manutenção de capital.

#### **4.5.2 Modelos de demonstrações financeiras**

Ao abrigo do artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, os modelos de demonstrações financeiras são o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo. Para as entidades que apliquem as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro de Pequenas Entidades (NCRF-PE), são aprovados os modelos reduzidos do balanço, da demonstração de resultados por natureza, demonstração dos resultados por funções e anexo, como disposto no artigo 2.º.

Segundo o anexo do Decreto-Lei n.º 158/2009, as demonstrações financeiras representam a posição e o desempenho financeiro de uma entidade, fornecendo informações sobre os ativos, os passivos, o capital próprio, os rendimentos, os gastos, ou outras alterações no capital próprio e fluxos de caixa. Assim sendo, as demonstrações financeiras têm como finalidade facultar informações financeiras de uma entidade e, assim, ajudar na tomada de decisões económicas.

#### **4.5.3 Código de contas**

O Código de Contas, publicado pela Portaria n.º 1011/2009, configura-se como uma estrutura codificada e uniforme de contas, que tem por objetivo acautelar as necessidades dos utentes, privados e públicos, e alimentar o desenvolvimento de plataformas e bases de dados particulares e oficiais. Desta estrutura, fazem parte oito classes de contas, como se apresenta na Figura 3.

Figura 1. Código de Contas

1 — Quadro Síntese de Contas	
<b>1 MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS</b>	<b>2 CONTAS A RECEBER E A PAGAR</b>
11 Caixa 12 Depósitos à ordem 13 Outros depósitos bancários 14 Outros instrumentos financeiros	21 Clientes 22 Fornecedores 23 Pessoal 24 Estado e outros entes públicos 25 Financiamentos obtidos 26 Accionistas/sócios 27 Outras contas a receber e a pagar 28 Diferimentos 29 Provisões
<b>3 INVENTÁRIOS E ACTIVOS BIOLÓGICOS *</b>	<b>4 INVESTIMENTOS</b>
31 Compras 32 Mercadorias 33 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo 34 Produtos acabados e intermédios 35 Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos 36 Produtos e trabalhos em curso 37 Activos biológicos 38 Reclassificação e regularização de inventários e activos biológicos 39 Adiantamentos por conta de compras	41 Investimentos financeiros 42 Propriedades de investimento 43 Activos fixos tangíveis 44 Activos intangíveis 45 Investimentos em curso 46 Activos não correntes detidos para venda
<b>5 CAPITAL, RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS</b>	<b>6 GASTOS</b>
51 Capital 52 Acções (quotas) próprias 53 Outros instrumentos de capital próprio 54 Prémios de emissão 55 Reservas 56 Resultados transitados 57 Ajustamentos em activos financeiros 58 Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis 59 Outras variações no capital próprio	61 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas 62 Fornecimentos e serviços externos 63 Gastos com o pessoal 64 Gastos de depreciação e de amortização 65 Perdas por imparidade 66 Perdas por reduções de justo valor 67 Provisões do período 68 Outros gastos e perdas 69 Gastos e perdas de financiamento
<b>7 RENDIMENTOS</b>	<b>8 RESULTADOS</b>
71 Vendas 72 Prestações de serviços 73 Variações nos inventários da produção 74 Trabalhos para a própria entidade 75 Subsídios à exploração 76 Reversões 77 Ganhos por aumentos de justo valor 78 Outros rendimentos e ganhos 79 Juros, dividendos e outros rendimentos similares	81 Resultado líquido do período ... .. 89 Dividendos antecipados

A classe 1 do código de contas, denominada “meios financeiros líquidos”, é destinada, segundo a Portaria n.º 1011/2009, ao registo dos meios financeiros líquidos, como o dinheiro e depósitos bancários, e dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor.

Na classe 2, “contas a receber e a pagar”, são registadas as operações com clientes, fornecedores, pessoal, Estado, financiadores e acionistas. Para além disso, e como forma de se registar os gastos e rendimentos de um período, nela se incluem os diferimentos e as provisões.

A classe 3, “inventários e ativos biológicos”, destina-se ao registo dos inventários comprados por uma entidade para revenda ou, no caso de matérias-primas, para o processo de produção para essa venda. Na atividade agrícola, os ativos biológicos, são integrados nesta classe, quer sejam consumíveis, meios de produção ou de regeneração.

A classe dos “investimentos” incorpora os ativos sem destino a venda, ou transformação, no decurso da atividade da entidade. São registados os investimentos financeiros, as propriedades de investimento, os ativos fixos tangíveis e intangíveis, os investimentos em curso e os ativos não correntes, detidos para venda.

Na classe 5, “capital, reservas e resultados transitados”, procede-se ao registo da revalorização de ativos, sempre que se verificar o aumento do seu valor (o montante referente ao aumento é, depois, creditado na conta 58, “excedentes de revalorização de ativos”). É registado, também, o valor do capital, das ações próprias, dos prémios de emissão e das reservas.

Na classe 6, incluem-se todos os gastos e perdas registados num determinado período, relacionados com as mercadorias vendidas a fornecedores, o pessoal, as depreciações e amortizações, as perdas por imparidade e reduções de justo valor, entre outros. Na subconta 65, “perdas por imparidade”, deve ser registada a revalorização dos ativos que tenham uma diminuição do seu valor, na parte que seja superior ao excedente de revalorização.

Na classe 7, são incluídos os rendimentos e ganhos respeitantes a vendas, prestações de serviços e a subsídios à exploração, entre outros.

A classe 8 tem por finalidade apurar o resultado líquido de um determinado período, podendo ser utilizada como auxílio na determinação do resultado extensivo.

#### 4.5.4 Estrutura normativa do SNC

A estrutura normativa do SNC assenta em quatro níveis: o *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro de empresas dos setores não financeiros, as NCRF-PE dos setores não financeiros e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro de Micro Entidades (NCRF-ME) do mesmo setor. As NCRF são propostas pela Comissão de Normalização Contabilística (2013) e consistem numa adaptação das normas internacionais de contabilidade, adotadas pela União Europeia. Neste sentido, e ainda que possam não contemplar algumas dessas normas, garantem os critérios de reconhecimento e de mensuração.

O *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards*, faz parte da estrutura normativa do SNC, sendo de aplicação obrigatória para entidades cotadas em bolsa e que tenham valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, como disposto no regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Por outro lado, a aplicação destas normas de contabilidade internacionais é facultativa para as outras entidades abrangidas pelo SNC, desde que as demonstrações financeiras sejam objeto de certificação legal das contas, conforme o disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009.

As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro são de aplicação obrigatória para as entidades que, não fazendo parte de grupos económicos, ultrapassem dois dos três limites de impostos. Estes limites são: o total de balanço de 1.500.000 euros, o total de vendas líquidas e outros rendimentos de 3.000.000 euros e, ainda, uma média de 50 trabalhadores no exercício da atividade. A sua aplicação torna-se facultativa sempre que as entidades não ultrapassem dois dos limites descritos acima, para grupos cotados relativamente às contas individuais da empresa-mãe e das subsidiárias.

As pequenas entidades têm a opção das NCRF-PE, apenas, em alternativa ao restante normativo e desde que não ultrapassem dois dos três limites impostos. Os limites existentes são: o total do balanço de 1.500.000 euros, o total de vendas líquidas e outros rendimentos de 3.000.000 euros e um máximo de 50 trabalhadores empregados, em média, durante o exercício, conforme o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2009.

As micro entidades podem optar pelas NCRF-ME, desde que não ultrapassem dois dos três limites impostos. Estes limites são: a obtenção de um total de balanço de 500.000

euros, de um total de vendas líquidas e outros rendimentos de 500.000 euros e um máximo de cinco trabalhadores empregados, em média, durante o exercício.

#### **4.5.5 Normas Interpretativas**

As normas interpretativas são produzidas de modo a esclarecer ou a orientar todos os conteúdos existentes do SNC. Estas normas são publicadas como avisos, no Diário da República, tendo aplicação obrigatória, a partir da sua entrada em vigor.

#### **4.6 Entidades abrangidas pelo SNC**

Segundo o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, estão abrangidas pelo Sistema de Normalização Contabilística as sociedades que obedçam ao Código das Sociedades Comerciais, as empresas e estabelecimentos individuais reguladas pelo Código Comercial, as empresas públicas, as cooperativas, os Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) e os Agrupamentos Europeus de Interesse Económico (AEIE). Entidades sem fins lucrativos estão, igualmente, sujeitas à aplicação do SNC. Atente-se a que as entidades cujos valores mobiliários estejam em negociação num mercado regulamentado, que obedeça às normas internacionais de contabilidade da União Europeia, estão isentas da aplicação deste sistema.

De modo análogo, ficam isentadas da sua aplicação pessoas individuais que exerçam qualquer atividade comercial, industrial ou agrícola cuja média do volume de negócios, dos últimos três anos, não exceda os 150.000 euros, como acordado no artigo 10.º do mesmo Decreto-Lei.

Em suma, verifica-se que a contabilidade pode ser definida como “um grande sistema de informações”, tendo como objetivo o estudo e controlo do património de uma entidade e o fornecimento de informações, tais como a posição financeira e o desempenho económico e financeiro. A contabilidade tem como elementos o ativo, o passivo e o capital próprio, no qual a situação ideal para uma entidade é traduzida através de um ativo superior ao passivo.

Podemos concluir que a contabilidade pode ser agrupada em três tipos: financeira, analítica e previsional ou orçamental. Os principais documentos contabilísticos centram-se nas faturas, notas de débito, notas de crédito, recibos, cheques, letras e livranças.

Conclui-se que os elementos fundamentais do SNC consistem na estrutura conceptual, nos modelos de demonstrações financeiras, no Código de Contas, na estrutura

normativa e nas normas interpretativas. Todas as sociedades que obedecem ao CSC estão abrangidas pelo Sistema de Normalização Contabilística.

## CAPÍTULO V – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO

Neste capítulo, são descritas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio, efetuado no departamento de contabilidade da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda. Inicialmente, apresentam-se as atividades relacionadas com o lançamento de documentos contabilísticos, seguindo-se o lançamento e verificação dos caixas dos três postos de combustível. Descrevem-se, ainda, as atividades que dizem respeito à gestão de *stock* dos postos, às reconciliações bancárias e, finalmente, ao processo de arquivo.

### 5.1 Lançamento de documentos contabilísticos

Uma das atividades desenvolvidas, no decurso do estágio, prendeu-se com o lançamento de documentos contabilísticos. Estes documentos, tais como faturas, notas de débito ou notas de crédito são lançados no *PHC CS Corporate*. O *software*, desenvolvido pela multinacional de origem portuguesa *PHC Software*, possibilita registar as operações efetuadas pela empresa, como por exemplo compras e pagamentos a fornecedores, documentos de tesouraria, (transferência de valores entre contas bancárias), recibos, entre outros. O *software* permite melhorar a organização das entidades, ajudando na gestão das atividades do dia-a-dia. Ao nível da contabilidade e gestão, fornece as informações necessárias para que o negócio seja conduzido da melhor forma.

Os lançamentos de documentos contabilísticos foram efetuados diariamente. Na sua maioria, estes documentos diziam respeito a faturas dos principais fornecedores da empresa, tais como a Repdistri - Representações Unipessoal Lda, Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal Lda, entre outros. Os produtos fornecidos são essenciais para que se proceda à atividade de revenda, nos três postos de combustível da empresa. À semelhança do que se sucede com as notas de débito e crédito, estes documentos são lançados na opção do programa de gestão “Compras a Fornecedores”, onde se seleciona o fornecedor, o tipo de documento, a data da faturação e do vencimento e o valor. Para as faturas pagas a pronto, seleciona-se a opção “saída caixa”, caso o dinheiro tenha sido extraído do caixa do posto ou da instituição bancária no local de tesouraria. Para o registo destes documentos, seleciona-se a conta do SNC indicada. Por sua vez, para se proceder ao registo de faturas referentes a compras de mercadorias, opta-se pela conta 31. A classe 6, referente aos gastos, é escolhida para registar os encargos com a eletricidade, limpeza, taxas, ferramentas e utensílios, entre outros. Sempre que se pretenda registar gastos

relacionados com a compra de equipamentos básicos, como por exemplo computadores e máquinas, seleciona-se a classe 4 “investimentos”. Após o lançamento, é escrita a numeração que o programa indica para o arquivo.

Outro documento contabilístico é o recibo, lançado sempre que a empresa forneça um produto ou serviço em troca de um valor monetário. Uma das situações em que se procede ao seu lançamento é na sequência da venda de raspas aos consumidores. Neste caso, é lançado o valor traduzido no total de venda, sendo o valor dos prémios (obtidos pelos consumidores) descontado e registado como “Adiantamentos a Fornecedores” no programa. Os recibos são registados na opção “Recibos de C/C para Clientes”, onde se seleciona o nome do cliente, a data e o valor correspondente.

Outros dos registos efetuados no estágio foram os comprovativos de pagamento a fornecedores e os documentos de tesouraria. Os pagamentos, efetuados pelos colegas de trabalho, são registados no programa *PHC CS Corporate*, na opção de gestão “Pagamentos a Fornecedores”. Aquando desse registo, seleciona-se o fornecedor, as faturas e/ou notas de crédito referentes ao pagamento, a data do movimento e a conta da instituição bancária utilizada para o efeito. Os documentos de tesouraria, como transferências monetárias entre contas bancárias, são registadas na opção “Transferências Conta-Conta”. Já os registos de pagamentos de impostos, como o imposto sobre os rendimentos de pessoas singulares (IRS), imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC), IVA e imposto especial sobre o consumo (IEC), pagamentos de despesas bancárias (juros e comissões), assim como os pagamentos de vencimentos, as saídas de empréstimos e os recebimentos são efetuados na opção “Documentos de Tesouraria”.

Depois de registados no programa, todos estes documentos contabilísticos são arquivados nas suas respetivas pastas, cumprindo o disposto no artigo 19.º n.º 1 do Decreto-Lei n.º 28/2019, publicado no Diário da República.

## **5.2 Lançamento e verificação de caixas**

O lançamento e verificação de caixas é uma atividade realizada diariamente, tendo por base a faturação dos três postos da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda. A faturação advém da venda de combustível e de consumíveis e refeições ao público por parte do *staff* das bombas. O total da faturação do dia é registado pelo *staff* nas folhas de caixa diária, sendo anexados todos os talões dos Terminais de Pagamento Automático (TPA) dos dois turnos. No dia seguinte, é entregue ao departamento da contabilidade,

sendo que, posteriormente, um dos efetivos desse departamento se desloca a uma instituição bancária, com vista a depositar o referido valor.

Após a emissão de um do comprovativo de depósito por parte da instituição bancária, extrai-se a listagem dos valores faturados de cada turno, no programa *Petrotec*. O programa é propriedade do grupo Petrotec. Este grupo, constituído em 1983, centrou, inicialmente, o âmbito da sua atividade na assistência a postos de abastecimento. Hoje em dia, centra-se na produção, comercialização e assistência técnica a equipamentos e sistemas da indústria petrolífera, tais como bombas de combustível, equipamentos de lavagem automóvel, sistemas de pagamento, entre outros. Uma das empresas do grupo que auxilia os postos da Assuntos e Decisões é a Petroassist - Engenharia e Serviços S.A, sediada no distrito de Setúbal.

Com as folhas de caixa do *staff*, o comprovativo de depósito e as listagens de faturação, dá-se início à atividade de verificação do caixa. Esta primeira verificação é realizada através do programa. Ora, o procedimento é o seguinte: numa coluna, são introduzidos os valores das listagens de faturação e todos os valores dos TPA, retirados os valores de despesa referentes aos descontos ao consumidor, noutra coluna. De seguida, são somados os valores de cada coluna e a diferença entre o total de faturação e o total de TPA corresponderá ao valor depositado. Em caso de existência de algum erro no valor depositado, o mesmo é comunicado, sendo corrigido nos dias seguintes. Por vezes, no caixa, poderão ser incluídas faturas que transmitem o uso de dinheiro do dia daquele caixa para o pagamento das mesmas. Deste modo, o valor da fatura será adicionado na coluna da faturação.

Com a primeira verificação realizada, são retirados os ficheiros *SAFT-PT* referentes à atividade dos três postos de combustível, num determinado dia. Estes ficheiros têm como objetivo reunir toda a informação fiscal e contabilística da empresa, tais como faturas, faturas simplificadas, faturas-recibo, notas de crédito e notas de débito. A comunicação destes ficheiros à Autoridade Tributária (AT) é obrigatória, como disposto no Decreto-Lei n.º 48/2020 de 3 de agosto. Os ficheiros são, depois de extraídos e importados no programa *PHC CS Corporate*, na opção “Faturação a Clientes”. De seguida, são lançados, no mesmo programa, os valores correspondentes aos TPA e os valores correspondentes aos depósitos, efetuados no dia, na opção de gestão “Depósitos”, onde se escolhe a origem, ou seja, o posto que se refere, e o destino, a conta da instituição

bancária. O total das despesas é registado na opção “Documentos de Tesouraria”, sendo discriminado o posto a que o mesmo se refere.

A segunda verificação do caixa é realizada uma vez efetuados todos os lançamentos. Esta verificação é feita na opção “Movimentos de Tesouraria”. Nela constam todos os movimentos: as entradas, que dizem respeito à faturação, e as saídas, que têm que ver com os TPA, os depósitos e as despesas. O lançamento considera-se correto quando o valor total das entradas corresponde ao valor total das saídas.

Os registos referentes à venda de raspas e *jetwash* são, também, registados no dia do caixa. No âmbito do registo da venda de raspas, adota-se o seguinte procedimento: passa-se um recibo ao cliente e, ao mesmo tempo, faz-se o registo dessa emissão, para que se dê nota do montante faturado; segue-se um adiantamento ao fornecedor, Açorlíder – Tabacarias, Unipessoal Lda, correspondente ao valor total dos prémios e, por fim, procede-se ao depósito do montante correspondente à diferença entre o valor do recibo e o valor do adiantamento. Para que o lançamento dos raspas esteja correto, o valor do depósito, acrescido do valor do adiantamento, deve perfazer o montante faturado a clientes. Por seu turno, o registo da faturação proveniente da atividade de *jetwash* é executado do seguinte modo: é lançado um recibo ao consumidor final, procedendo-se, depois, o registo do depósito desse mesmo valor, no posto correspondente.

Após efetuados todos os lançamentos de caixa, procede-se à reconciliação do dia do caixa, recorrendo-se, para o efeito, à folha de *Excel* da primeira verificação realizada. Na opção “Extratos Bancários” é selecionado o posto a que se refere e são “picados” todos os valores até se atingir um total de zero. Todos os documentos são, depois de lançados, arquivados nas pastas correspondentes.

### **5.3 Gestão do *stock***

A atividade de gestão de *stock* tem como finalidade dar conta da chegada de mercadoria aos diferentes postos. Após o lançamento das faturas, das notas de crédito e de débito, no *PHC CS Corporate*, é efetuado o registo de todos os documentos relacionados com mercadoria para a venda nos postos de combustível, no programa *Genesys*. O *Genesys* é um sistema de gestão de postos de abastecimento pertencente ao grupo Petrotec. Este programa permite ao *staff* faturar as vendas consumadas nas zonas comerciais dos três postos, estabelecer preços, criar produtos, gerir o *stock* e registar faturas e notas de crédito que contenham na sua descrição produtos para revenda, assim como outros documentos.

Os principais fornecedores de produtos são: a Repdistri - Representações Unipessoal Lda, a Joaquim Cardoso - Produtos Alimentares, Unipessoal Lda, a Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal Lda e a Sodril - Representações Insulares Lda. O registo no *Genesys* é realizado na opção “Faturas a Fornecedores” ou no separador “Notas de Crédito de Fornecedores”, caso o documento contabilístico se trate de uma nota de crédito. É indicado qual o fornecedor, a referência, a data da descarga, a data do documento. Para além disso, todos os produtos mencionados no documento são discriminados em termos de quantidade e valor. Depois, é consolidado o registo, dando, assim, a entrada do *stock* no programa.

As mercadorias são, geralmente, entregues no posto correto, juntamente com as faturas referentes. Contudo, existem situações em que o local de descarga não é o indicado pela entidade. De modo que a mercadoria possa ser transportada de um posto para o outro, é necessário obter um documento de transporte, denominado “guia de transporte”. Este documento é emitido pelo Portal das Finanças, sendo obrigatório fazer-se acompanhar do mesmo, aquando do transporte da mercadoria, como consta no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 147/2003. De acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei, o guia de transporte deve conter o nome, sede e números de identificação fiscal do remetente e do adquirente, designação dos bens a circular e suas quantidades, os locais de carga e descarga, a data e hora em que se inicia o transporte e a matrícula do veículo. O transporte de mercadoria de um posto de combustível para outro ocorre, também, quando há uma necessidade maior de um determinado produto, ou quando se constata a sua inexistência na loja.

À semelhança das faturas e das notas de crédito, as guias de transporte são registadas no programa *Genesys*. O registo dá-se na opção “Movimentos de Armazém”, na qual se seleciona o posto onde foi rececionado, a data do transporte, o tipo de movimento de *stock*, o armazém de origem, os produtos transportados e as suas quantidades.

Outros registos efetuados no programa *Genesys* são as notas de produção e as quebras. Nas zonas comerciais dos vários postos são preparados todos os dias sandes, salgados e doces para a venda aos consumidores. Para a sua preparação, especialmente para a confeção de sandes, baguetes e *croissants*, são utilizadas matérias-primas como o queijo, o fiambre e o pão (adquiridas à Finçor Cash&Carry Lda.). O *staff* do posto, ao confeccionar, por exemplo, uma sandes de queijo, deve registar numa folha a nota de produção desse tipo de consumíveis. Essas folhas são, depois, utilizadas para se levar a cabo o registo no programa *Genesys*, mais especificamente na opção “Movimentos de

Armazém”. Seleciona-se o posto a que se refere o registo, a opção nota de produção ou quebra, o produto e a quantidade. No registo das notas de produção, seleciona-se o produto final destinado ao consumidor, como por exemplo a baguete ou o *croissant* misto, e nas quebras, a matéria-prima utilizada (neste caso a baguete ou o *croissant*, o queijo e o fiambre). Nas quebras são, também, registados os produtos que não foram vendidos no dia e que não poderão ser consumidos posteriormente, tais como folhados e pastéis de nata, assim como todos aqueles bens perecíveis (chocolates, sumos, entre outros) que já atingiram o seu prazo de validade.

O inventário da loja de um posto pode ser, igualmente, visualizado no programa Genesys, através da opção “Ficheiro Mestre de Produtos”. Neste separador, inclui-se a lista de todos os produtos e respetivas quantidades no momento. É possível, proceder-se à impressão dessa lista, a fim de comparar a composição do *stock* em ambos os locais (programa e loja). De salientar que esse tipo de verificação é efetuado periodicamente.

#### **5.4 Reconciliações bancárias**

As reconciliações bancárias são realizadas, mensalmente, junto de todas as contas de instituições de crédito utilizadas pela Assuntos e Decisões Serviços e Energias, Lda. Trata-se de um procedimento de controlo efetuado pelas empresas a fim de se averiguar os lançamentos de documentos na contabilidade e gestão. Este procedimento consiste em “picar” todos os movimentos efetuados nas contas bancárias na contabilidade da empresa com os extratos bancários, fornecidos pelas instituições de crédito, de modo que o resultado seja nulo. O resultado nulo significa que os débitos correspondem aos créditos, ou seja, que os valores das entradas coincidem com os valores de saída. Este controlo, que permite detetar possíveis erros de tesouraria, deve ser realizado periodicamente.

As reconciliações bancárias são efetuadas no programa *PHC CS Corporate*. São impressos os extratos bancários das contas das instituições de crédito, de modo a comparar os lançamentos efetuados. Estes lançamentos dizem respeito aos pagamentos e adiantamentos a fornecedores, aos depósitos e TPA dos caixas dos três postos, às faturas a pronto e aos documentos de tesouraria. No programa escolhe-se a opção “Extratos Bancários” e seleciona-se a conta bancária a efetuar a conciliação. De seguida, indica-se a data do extrato, o saldo inicial e o saldo final constante no extrato impresso.

Procede-se à “picagem” de todos os movimentos efetuados na conta bancária durante o mês em estudo e compara-se com os movimentos no extrato. No final da “picagem”

introduzem-se os movimentos, sendo que o saldo a apresentar deverá ser nulo. Caso contrário, poderá indicar uma falha no lançamento de algum movimento no programa. Por vezes, há lançamentos que não constam nos extratos. Tendo isso em conta, é utilizado um ficheiro *Excel* para indicar os movimentos não encontrados.

O ficheiro *Excel* é efetuado para todas as reconciliações bancárias realizadas no programa. Nele devem constar o nome da empresa, o número da conta bancária, o mês a que corresponde o saldo inicial, os movimentos não conciliados, o saldo final e a diferença. Para o registo do saldo inicial é retirado o valor no programa *PHC CS Corporate*. Este valor de saldo engloba todos os movimentos do mês indicado no programa. Os movimentos não conciliados são divididos em duas parcelas. Numa parcela indicam-se os valores dos movimentos existentes no extrato, mas não constantes no programa. Os movimentos registados no programa, mas não no extrato, são indicados numa outra parcela. Estas diferenças decorrem do facto de a contabilidade não possuir os documentos necessários para se fazer o registo, nomeadamente faturas, ou, em caso de o movimento ainda não ter sido efetuado pela entidade bancária, como TPA, depósitos e cheques recebidos, mas ainda não creditados pelo banco. Após o registo destes movimentos, o saldo conciliado, a partir do saldo bancário, será igual ao saldo da contabilidade.

Do mesmo modo, efetuam-se as reconciliações dos lançamentos de caixa dos três postos de combustível da empresa. Estas reconciliações de caixa são realizadas diariamente após o lançamento do caixa e da elaboração do ficheiro *Excel*. No dito programa, na opção “Extratos Bancários”, são indicados a data (o dia) e o local (a caixa) em que se levou a cabo a operação. Depois, são “picados” todos os valores de faturação, os TPA e os depósitos. Após a “picagem”, o saldo deverá ser nulo.

### **5.5 Processo de arquivo**

O processo de arquivo, atividade realizada diariamente, consiste, tal como o nome o sugere, no arquivo de todos os documentos lançados nos programas *PHC CS Corporate* e *Genesys*. O arquivo está organizado em 13 pastas, as quais reúnem informação acerca da atividade diária dos postos de combustível de São Roque, Sul-Norte e Norte-Sul, dos documentos de tesouraria, dos adiantamentos e pagamentos a fornecedores, das compras (a crédito e a pronto), dos recebimentos de clientes, das notas de produção, das quebras e transferências de armazém, dos créditos locais e dos extratos bancários. O arquivamento

desta informação obedece ao disposto no Decreto-Lei n.º 28/2019, publicado em Diário da República.

Após os lançamentos dos caixas no programa *PHC CS Corporate*, são arquivadas as folhas de caixa nas pastas de caixa ao posto correspondente. Em cada folha de caixa são indicadas as datas de emissão e de lançamento no programa e anexado o ficheiro *Excel* respeitante à verificação efetuada. As pastas encontram-se divididas em três separadores, “os caixas”, “os CCR” e “os raspas”.

Os documentos de tesouraria são arquivados, após os seus lançamentos na pasta. Em cada documento lançado, são anexadas as seguintes informações: o ano, seguido do mês de lançamento, bem como o número de operação, tal como no seguinte exemplo: 2021050001, atribuído ao primeiro documento lançado no mês de maio.

Os adiantamentos e os pagamentos a fornecedores são arquivados em pastas separadas. No caso dos adiantamentos, estes são numerados, por escrito, em conformidade com a numeração atribuída no momento do registo no programa *PHC CS Corporate*. O mesmo acontece com os pagamentos a fornecedores, ainda que nestes sejam descritos, também, os números das faturas correspondentes.

Na pasta “compras a crédito”, são arquivadas todas as faturas e notas de crédito, as quais são lançadas nos programas de gestão e contabilidade. As faturas e notas de crédito são numeradas de acordo com o ano, mês e número de operação. O mesmo se aplica às faturas e às notas de crédito a pronto, que são arquivadas (organizadas por mês) numa pasta em separado, sendo anexados os comprovativos de pagamento.

Para os recebimentos de clientes, adota-se o mesmo tipo de procedimento que o utilizado no arquivo dos adiantamentos e dos pagamentos a fornecedores. É impresso o registo do recibo de uma fatura e anexada a esta para o arquivo, sendo a mesma numerada conforme o registo.

Foi criada uma pasta de conferências que inclui fotocópias de todas as faturas e notas de crédito relativas à classe 4 do “quadro de contas do Sistema de Normalização Contabilística”. Retirou-se do programa *PHC CS Corporate* a listagem de todos esses documentos e organizou-se, num ficheiro de *Excel*, os dados, descrevendo o que se referia em cada documento e nas contas “obras em curso”, “equipamento básico”, como compra de máquinas, ou “equipamento administrativo”, como compra de licenças de programas, de modo a proceder às amortizações de ativos. O ficheiro de *Excel* foi, depois, impresso e arquivado na pasta, juntamente com os outros documentos impressos.

As notas de produção, quebras e transferências de armazém são arquivadas numa pasta única, tendo três separadores para separar os tipos de documento. Os documentos são organizados pela data em que foram escritos.

Na pasta “créditos locais”, são arquivados todos os créditos concedidos às empresas, incluindo as empresas do grupo ANC. Estes créditos são concedidos, maioritariamente, em operações de aquisição de combustível para viaturas.

Os extratos bancários são arquivados numa pasta, separando as contas das instituições bancárias, anexadas com o ficheiro *Excel*, por separadores.

Em suma, as atividades desenvolvidas ao longo do estágio na empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda centram-se no lançamento de documentos contabilísticos, nomeadamente faturas, notas de crédito e recibos, e no lançamento e verificação de caixas referentes aos três postos de combustível. Realizaram-se, também, atividades referentes à gestão do *stock* dos estabelecimentos, reconciliações bancárias e processo de arquivo dos documentos lançados, quer no programa *PHC CS Corporate*, quer no programa *Genesys*.

## CAPÍTULO VI – ANÁLISE CRÍTICA AO ESTÁGIO

Neste capítulo, apresenta-se, inicialmente, a análise crítica à empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, seguindo-se uma análise às atividades desenvolvidas no decurso do estágio na empresa. Por fim, realiza-se uma reflexão sobre a aplicação, em contexto de trabalho, dos conhecimentos adquiridos na licenciatura em Gestão e no mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, na área de especialização de Finanças e Contabilidade.

### 6.1 Análise crítica à empresa

O estágio decorreu na empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, a qual tem por âmbito de atividade a comercialização de combustível (por grosso e retalho) e a participação em atividades de construção civil. A integração nesta empresa decorreu dentro da normalidade, sendo apresentado o local de trabalho do departamento de contabilidade. De realçar a ajuda proveniente dos colegas deste departamento que se prontificaram a inteirarem-me das atividades que viria a desempenhar no dia-a-dia.

Neste momento, a empresa, que norteia a sua atuação em função da satisfação dos seus clientes, tem como objetivos a obtenção de lucro e a expansão e diversificação da sua atividade, com vista a atingir um maior número de consumidores. A sua missão, de resto, sempre passou por providenciar aos seus clientes o melhor serviço de abastecimento de combustível.

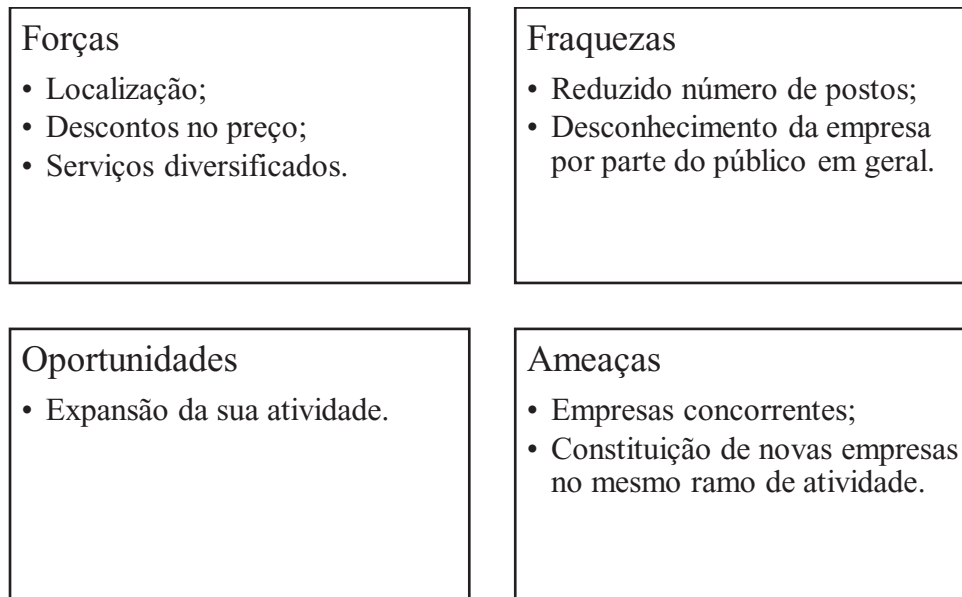
Com vista à prossecução das suas atividades, a empresa faculta o acesso por parte dos seus colaboradores a diversos sistemas tecnológicos, desde computadores, *tablets* e telemóveis, a programas como o *PHC CS Corporate* e o *Genesys*. Para além disso, atribui a cada funcionário um endereço eletrónico conexo à empresa, e faculta informação sobre as práticas tecnológicas a seguir, no dia-a-dia. Todavia, há espaço para melhoramentos, nomeadamente no que se refere à melhoria da qualidade destes dispositivos, por forma a facilitar a realização das atividades diárias.

A relação da Assuntos e Decisões com os clientes estabelece-se, essencialmente, por via do modo de atuação do *staff* alocado em cada um dos postos de venda de combustível. O *staff* tem a responsabilidade de fazer sentir os clientes acolhidos e satisfeitos com os produtos e serviços prestados pela empresa. A criação de uma boa relação é fundamental para a empresa, podendo constituir um fator diferenciador para que o consumidor escolha os serviços prestados pela ANC, em detrimento dos oferecidos pelos seus concorrentes.

A empresa conta com vários fornecedores, tais como a Repdistri - Representações Unipessoal Lda, a Joaquim Cardoso - Produtos Alimentares, Unipessoal Lda, a Açoreco, Equipamentos e Produtos de Limpeza Lda, a Coca-Cola European Partners Portugal, Unipessoal Lda, entre outros. A este respeito, dizer que a empresa se esforça por criar e manter boas relações com os mesmos, efetuando os pagamentos dentro dos prazos previamente acordados. Tratando-se a Assuntos e Decisões de uma empresa que se dedica à revenda, nos seus três postos de venda de combustível, dos produtos fornecidos pelos seus parceiros, a qualidade dos mesmos acaba por ser determinante para a qualidade do serviço prestado ao cliente. O principal fornecedor da empresa é a Cepsa - Portuguesa Petróleos, S.A, responsável pelo fornecimento de combustível.

Os pontos fortes da empresa residem na localização dos seus postos de abastecimento e diferenciação dos seus serviços, desde ter os seus colaboradores a abastecer as viaturas dos clientes, ao serviço de lavagens *jetwash* e descontos de preços, mediante a quantidade monetária despendida pelo cliente, tal como exposto na Figura 4.

Figura 2. Análise SWOT



As suas fraquezas centram-se, neste momento, no reduzido número de postos e, ainda, no desconhecimento da empresa por parte do público em geral. A atividade de comercialização de combustíveis centra-se em apenas três postos, número reduzido comparado ao número de postos dos seus concorrentes. A empresa tem como

oportunidade a expansão da sua atividade, através da criação de mais postos de abastecimento em zonas fulcrais na ilha, podendo, assim, combater os seus pontos fracos.

A Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda. tem como concorrentes as empresas Galp Açores, S.A. e a Repsol Portuguesa Lda. Ambas contam com vários postos de combustível, dispersos pela ilha de São Miguel, daí que a Assuntos e Decisões tenha implementado a estratégia de diversificação anteriormente mencionada. A edificação, em 2020, de um posto na freguesia de São Roque veio colmatar a ausência de gasoleiras que se fazia sentir, na via rápida onde se encontra.

A criação de um posto de combustível deve ter em conta vários fatores. Um deles é a escolha do local a ser edificado, que deve apresentar um tráfego considerável. Outros dos fatores são: a infraestrutura a ser construída, a existência de um acesso seguro, a sinalização e a iluminação. As empresas de postos de combustível estão obrigadas a apresentar um plano de abastecimento, linhas de abastecimento, assim como a possuir tanques e sensores, para além do entreposto comercial. Todas estas obrigações legais e equipamentos levam a um custo inicial elevado. Além deste custo elevado, existe um conjunto de procedimentos a adotar. Segundo a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), os promotores terão de obter um licenciamento junto da instituição, apresentando um projeto elaborado por um engenheiro, contendo uma planta do local, descrição das instalações, construções, entre outras informações, bem como um requerimento acompanhado dos elementos exigidos pela Portaria n.º 1515/2007 do Diário da República, como documentos comprovativos de direito à utilização do espaço, entre outros. Dá-se, depois, uma vistoria inicial ao local por parte da DGEG, antes da aprovação do projeto. Na aprovação do projeto é fixada o prazo de conclusão da obra. Ademais, leva-se a cabo uma vistoria final e, se aprovado, a licença de exploração do local para a atividade. Tendo em consideração não só os custos avultados, mas também o conjunto de procedimentos que lhe antecedem e a influência de outras empresas concorrentes, a entrada de uma nova empresa configura-se um processo difícil. Caso haja cessão de atividade, o titular da licença deve comunicá-la à DGEG e apresentar um pedido de cancelamento da licença, sendo repostas as condições do local, retirando todos os equipamentos e garantindo a segurança das pessoas e do ambiente.

## 6.2 Análise crítica às atividades desenvolvidas

As atividades levadas a cabo na empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda prenderam-se com o lançamento de documentos contabilísticos, lançamento e verificação de caixas, a gestão de *stock*, as reconciliações bancárias e o processo de arquivo.

O lançamento de documentos contabilísticos, atividade efetuada diariamente, é uma tarefa que considerei muito interessante. Neste prisma destaca-se o carácter funcional do programa utilizado, o *PHC CS Corporate*, que permitiu uma rápida adaptação. Pelo contrário, denotei, inicialmente, algumas dificuldades no lançamento de documentos de tesouraria, dado que estes se reportam a transferências de dinheiro entre várias contas bancárias.

O lançamento e verificação de caixas é outra atividade efetuada diariamente. Nos lançamentos de caixas tive a ajuda dos meus colegas de departamento de modo a compreender as entradas e saídas de caixa com os TPA e depósitos. Como havia, às vezes, algum erro de caixa, como por exemplo uma fuga, e, só era notado no fim do lançamento, optou-se por criar um ficheiro *Excel* de modo a inserir todos os dados da faturação e os valores de TPA, despesa e depósito, assim como faturas que possam existir. Este procedimento ajudou a ter um maior controlo sobre os caixas, verificando antes do seu lançamento alguns eventuais erros, quer de depósitos, quer de fugas. A faturação é inserida no programa *PHC CS Corporate* mediante a importação dos ficheiros *SAFT-PT* dos três postos de combustível. Esta importação torna-se lenta nos dias finais do mês, visto haver bastante informação a importar, causando, por vezes, bloqueios do servidor e impossibilitando a realização de outras atividades.

A gestão de *stock* foi a atividade que menos apreciei, visto que o programa *Genesys* apresentava, às vezes, uns problemas, quando se pretendia inserir as quantidades indicadas nas faturas e os seus preços. Todas as faturas e notas de crédito relativas a mercadorias tiveram de passar por este processo, o que implicou que se despendesse muito tempo nesta atividade, em função do número (elevado) de mercadorias que incluía em cada fatura. Para um maior rigor no controlo, as faturas de mercadorias são separadas, consoante os postos a que se referem (Sul/Norte ou São Roque). Depois, são assinalados nas faturas as datas do seu lançamento e uma rúbrica. Por fim, as faturas são arquivadas na pasta correspondente ao seu posto.

As reconciliações bancárias são efetuadas mensalmente no programa *PHC CS Corporate*. O processo consiste em “picar” todos os movimentos efetuados, tais como

transferências entre contas e pagamentos e recebimentos (consoante o extrato bancário fornecido pela instituição de crédito). Este procedimento ajuda não só a detetar eventuais omissões de lançamentos, mas também erros aquando do lançamento de documentos contabilísticos. A tarefa pode ser demorada, dependendo do número de operações existentes em cada conta bancária.

Assim como as reconciliações bancárias, as reconciliações de caixas são efetuadas no programa *PHC CS Corporate*. Consistem em “picar” as entradas e saídas de caixas dos três postos de combustível Sul/Norte, Norte/Sul e São Roque. A primeira verificação de caixa no ficheiro *Excel* torna-se importante para confirmar os valores de TPA e dos depósitos lançados. Este procedimento de “picagem” de caixa é uma das atividades que menos aprecio, em virtude da sua complexidade.

Por fim, o processo de arquivo é realizado diariamente, após os lançamentos dos documentos. Esta é uma tarefa de grande importância na organização dos documentos, tendo por objetivo permitir que os mesmos possam ser consultados, sem dificuldade. Um dos pontos positivos é o facto de as capas possuírem uma etiqueta com as informações do seu conteúdo. Outro ponto positivo prende-se na facilidade de acesso ao arquivo, visto estar localizado próximo do departamento de contabilidade.

### **6.3 Aplicação de conhecimentos adquiridos na universidade**

Para o estágio no departamento de contabilidade, na empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, foram importantes os conhecimentos adquiridos em algumas unidades curriculares da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade dos Açores.

No que se refere a competências adquiridas no decurso da licenciatura, gostaria de realçar os conteúdos lecionados na unidade curricular de Contabilidade I, uma vez que a mesma me permitiu, pela primeira vez, ter contacto com alguns dos documentos (faturas e notas de crédito) que lanço diariamente. De salientar, também, o contributo da unidade curricular de Contabilidade II, a qual me permitiu adquirir conhecimentos sobre as oito classes do código de contas, classes essas que utilizo no lançamento de faturas e notas de crédito de fornecedores no programa *PHC CS Corporate*.

A unidade curricular de Introdução à Gestão ajudou na compreensão do conceito de gestão e das funções dos gestores. Definiu as funções de gestão de planear, organizar, controlar e liderar, o que me ajudou a planear e organizar as minhas tarefas a realizar no

dia-a-dia. A unidade curricular foi também importante na realização da análise Swot à empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda.

A unidade curricular de Fiscalidade mostrou as incidências objetivas e subjetivas do IVA nas operações de compra e venda de bens e prestação de serviços, quer internas, quer externas, e as isenções da sua aplicação. Sendo assim, as operações de transmissões de bens e prestação de serviços, bem como as importações estão sujeitas a IVA. Já as exportações ficam isentas de aplicação do imposto. Este imposto está mencionado em todas as faturas que lanço no programa, onde seleciono a taxa que corresponde ao bem ou serviço de acordo com o código do IVA. A unidade curricular permitiu, também, que me familiarizasse com os conceitos e incidências do IRS, IRC e imposto de selo (IS), documentos de tesouraria que lanço no programa. As unidades de Fiscalidade Avançada e Contabilidade e Gestão Fiscal possibilitaram o aprofundamento destes conhecimentos, assim como uma melhor compreensão da contabilidade financeira, da contabilidade de gestão e da constituição de uma sociedade.

A unidade curricular de Auditoria deu a conhecer os instrumentos fundamentais do SNC e as conciliações. O conhecimento adquirido ao longo desta unidade revelou-se de extrema utilidade na realização das atividades de reconciliações bancárias.

Para a atividade de gestão de *stock* foi importante a unidade curricular Controlo de Gestão do mestrado Ciências Económicas e Empresariais, onde foram abordados os conceitos de custos variáveis e de custos fixos, bem como as margens de contribuição, informação útil para a tomada de decisões e entendimento do custo de oportunidade.

Assim, e de uma forma geral, todas estas unidades ajudaram a adquirir os conhecimentos necessários para que pudesse realizar as atividades do dia-a-dia, enquanto estagiário no departamento de contabilidade e gestão na empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda.

Em suma, a inserção e adaptação à empresa e às atividades foi conseguida de forma satisfatória, com a ajuda dos colegas de trabalho. Quanto à empresa Assuntos e Decisões, encontra-se estável face aos concorrentes e possíveis entradas de novas empresas no ramo de atividade. Conclui-se que os seus pontos fortes passam pela localização e diversificação de serviços, tais como lavagens *jetwash*. Pelo contrário, constatou-se como pontos fracos o número reduzido de postos e o desconhecimento da empresa por parte do público em geral, uma situação que poderá ser alterada, por via da expansão da sua atividade da criação de novos postos de abastecimento. Por sua vez, as suas ameaças

centram-se nos concorrentes Galp e Repsol e nas novas empresas que possam emergir no mercado.

Pode-se, ainda, inferir que os conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais foram de extrema importância para a realização das atividades do dia-a-dia.

## CAPÍTULO VII – CONCLUSÃO

O presente relatório foi elaborado no âmbito do 2.º ano de mestrado em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização na área de Finanças e Contabilidade, da Universidade dos Açores. O estágio decorreu no departamento contabilístico da empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda.

O estágio tinha como principais objetivos a integração no mercado de trabalho e o desenvolvimento de competências no que toca às atividades contabilísticas.

Do capítulo de caracterização do grupo ANC, podemos concluir que o grupo teve origem com a compra da empresa Equiponda, em 2008, por parte do Senhor André Coelho. Mais tarde, foram fundadas as outras dez empresas que compõem o grupo. A estrutura organizacional caracteriza-se por ser um organograma vertical, no qual o Senhor André Coelho emerge como o elemento que possui o cargo de maior hierarquia. O grupo conta com um processo de fusões entre as suas empresas. Pode-se concluir que as empresas Motorent, Friendly, Sucessos e Favorite têm como atividades o aluguer de viaturas. Já a Costumes, a Xtrem, a Mapas e a Azul têm atividades no ramo turístico. Tanto a Equiponda, como a ANC Motos comercializam motos e outros produtos relacionados, enquanto a Assuntos e Decisões se dedica, essencialmente, à venda de combustível.

Por sua vez, no capítulo de caracterização da Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda, verificou-se que esta tem como atividades a comercialização de combustível, por grosso e retalho, nos seus três estabelecimentos e no domínio da construção civil, prestando serviços de construção de edifícios residenciais e não residenciais. Comercializa também diversos produtos nos seus estabelecimentos e presta serviços diferenciados, tais como o *jetwash*. Pode-se concluir que os principais concorrentes da Assuntos e Decisões na comercialização de combustível são a Galp e a Repsol. Em relação à contabilidade do Grupo ANC, de referir que a mesma é efetuada no programa *PHC CS Corporate*, pelo departamento de contabilidade, com o auxílio do Dr. Pedro Reis, da empresa Contaçoreana – Contabilidade e Gestão de Empresas Lda.

Do enquadramento teórico do relatório, infere-se que a contabilidade tem por objetivo o estudo e o controlo do património de uma entidade, bem como o fornecimento de informações no que toca à posição financeira e desempenho económico e financeiro. Os elementos da contabilidade são o ativo, o passivo e o capital próprio, sendo que uma situação em que o ativo é superior ao passivo se configura como o cenário ideal para

qualquer entidade. Foram apresentados os tipos de contabilidade, financeira, analítica e previsional, e os principais documentos contabilísticos, tais como faturas, notas de crédito e recibos. Pode-se concluir que os elementos fundamentais do SNC consistem na estrutura conceptual, nos modelos de demonstrações financeiras, no Código de Contas, na estrutura normativa e nas normas interpretativas, estando as sociedades, que obedecem ao CSC, abrangidas pelo sistema.

No capítulo de atividades desenvolvidas, foram expostas todas as atividades desenvolvidas no decurso do estágio, na empresa Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda. Estas atividades dizem respeito ao lançamento de documentos contabilísticos e ao lançamento e verificação de caixas, assim como à gestão de *stock*, às reconciliações bancárias e ao processo de arquivo. Estas atividades foram realizadas nos programas *PHC CS Corporate* e *Genesys*.

A partir da análise crítica, conclui-se que a inserção e a adaptação, quer à empresa, quer às atividades foi conseguida de forma satisfatória, com a ajuda dos colegas de trabalho. Quanto à empresa, de referir que a mesma se encontra numa situação estável face aos seus concorrentes e possíveis entradas de novas empresas no mesmo ramo de atividade. De salientar, ainda, que a mesma possui como pontos fortes a localização dos seus postos e a diversificação de serviços. Por sua vez, a Assuntos e Decisões apresenta como pontos fracos o número reduzido de postos e a fraca notoriedade junto do público em geral. Ora, uma forma de solucionar estes aspetos menos positivos poderá passar pela expansão da sua atividade e pela criação de novos postos de abastecimento. Conclui-se que a empresa tem como ameaças os concorrentes, Galp e Repsol, e novas empresas que possam emergir no mercado. Para o estágio, conclui-se que foram importantes os conhecimentos adquiridos nas unidades curriculares da licenciatura em Gestão e do mestrado em Ciências Económicas e Empresariais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aviso n.º 15652/2009, Diário da República, 2.ª série, n.º 173. Disponível no portal:

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/1720117/details/normal?jp=true>

Batista, C. (2014). A evolução da contabilidade e o quotidiano num gabinete de contabilidade. Relatório de Estágio de Mestrado.

Campos, J. (2012). Evolução histórica da profissão de TOC: Conflitos de deveres e interesses. *Jornal VidaEconómica*, pág. 26. Disponível no portal:

<https://www.occ.pt/fotos/editor2/ve24agostoii.pdf>

Código das Sociedades Comerciais, Lei Uniforme Relativa a Letras e Livranças, artigo 75.º. Disponível no portal:

[http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=item\\_id&value=1553331](http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=item_id&value=1553331)

Costa, N. (2017). *Contabilidade analítica: o que é e para que serve*. *Ekonomista*.

Disponível no portal: <https://www.e-konomista.pt/contabilidade-analitica/>

Costa, S. (2020). *Contabilidade financeira*. São Paulo: Editora Senac.

Comissão de Normalização Contabilística (2013). Disponível no portal:

<http://www.cnc.min-financas.pt/snc.html>

Decreto-Lei n.º 147/2003, de 11 de julho, Diário da República. Disponível no portal:

[https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/114117781/201807292307/diploma?LegislacaoConsolidada\\_WAR\\_drefrontoffi-ceportlet\\_rp=indice](https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/114117781/201807292307/diploma?LegislacaoConsolidada_WAR_drefrontoffi-ceportlet_rp=indice)

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, Diário da República. Disponível no portal:

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/492428/details/normal?q=%09Decreto-Lei+n.%C2%BA%20158%2F2009%2C%20de+13+de+Julho>

Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, Diário da República. Disponível no portal:

[https://dre.pt/home/-/dre/67356342/details/maximized?p\\_auth=9EO9pidC](https://dre.pt/home/-/dre/67356342/details/maximized?p_auth=9EO9pidC)

Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, Diário da República. Disponível no portal:

<https://dre.pt/home/-/dre/119622094/details/maximized>

Decreto-Lei n.º 48/2020, de 3 de agosto, Diário da República. Disponível no portal:

<https://dre.pt/home/-/dre/139348418/details/maximized>

Diana, D. (2020). *Organograma*. Disponível no portal:

<https://www.todamateria.com.br/organograma/>

Favery, L. (2019a). *O que é contabilidade financeira: tudo o que precisa saber*. Revista Billomat. Disponível no portal: <https://www.billomat.com/pt/revista/contabilidade-financeira/>

Favery, L. (2019b). *O que é uma nota de crédito e quando se deve usar*. Revista Billomat. Disponível no portal: <https://www.billomat.com/pt/revista/nota-de-credito/>

Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, Diário da República, 1.ª série, n.º 173.  
Disponível no portal: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Portaria\\_986\\_2009\\_MDF.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Portaria_986_2009_MDF.pdf)

Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro, Diário da República, 1.ª série, n.º 175.  
Disponível no portal: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Portaria\\_1011\\_2009\\_CC.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/SNC/Portaria_1011_2009_CC.pdf)

Portaria n.º 1515/2007, de 30 de novembro, Diário da República, 1.ª série. Disponível no portal: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/628827/details/maximized>

Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Disponível no portal: [http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS\\_IFRS\\_UE/Reg\\_1606\\_02\\_IAS\\_pt.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/pdf/IAS_IFRS_UE/Reg_1606_02_IAS_pt.pdf)

Ribeiro, O. (2013). *Contabilidade Geral Fácil*. São Paulo: Editora Saraiva, 9.ª Edição.

Rodrigues, L., Gomes, D. (2002). *Evolução da Profissão dos Técnicos de Contas em Portugal: do Marquês de Pombal até aos nossos dias*. Disponível no portal: <http://www.apotec.pt/fotos/editor2/EVOLUCAO%20DA%20PROFISSAO%20DOS%20TECNICOS%20DE%20CONTAS%20EM%20PORTUGAL.pdf>

Saraiva, H., Alves, M., & Gabriel, V. (2015). *Normalização contabilística em Portugal: a sua evolução e situação atual*. Disponível no portal: [http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/2303/1/Ata%20Cientifica\\_Helena%20Saraiva1.pdf](http://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/2303/1/Ata%20Cientifica_Helena%20Saraiva1.pdf)

**UNIVERSIDADE DOS AÇORES**  
**Faculdade de Economia e Gestão**

Rua da Mãe de Deus  
9500-321 Ponta Delgada  
Açores, Portugal

**O exercício da contabilidade numa empresa de energia: o caso da  
Assuntos e Decisões Serviços e Energias Lda**

Hélder Manuel Vasconcelos Rezendes



**RE**